

IDENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NUMA SOCIEDADE
INDOMÁVEL*Remo Mutzenberg*

“O idealismo sempre quis interpretar a experiência. Ele quis, num certo sentido, pensar que o real era absolutamente igual à consciência, que não havia transbordamento, nem falta nem excesso”. (Levinas)

Iniciamos o novo milênio sob o signo da incerteza, que possibilita manifestações contraditórias, tanto de otimismo como de pessimismo, e o futuro se apresenta como horizonte do imprevisível. Sob este signo, o presente parece ser uma linha circular na qual as atividades se reduzem a assegurar a “sobrevivência”, cujo significado redefine-se permanentemente conforme a lógica do mercado que, ao mesmo tempo, evidencia os limites em satisfazê-las. Por outro lado, rompendo uma linha circular, manifesta-se um sentimento de responsabilidade em relação ao que virá, visto que a crença no progresso ou em uma lógica da História esvaiu-se. O futuro não depende de algo que estaria para além das relações sociais, mas está condicionado a decisões e opções articuladas no campo político. Na atualidade convivem novas formas de hedonismo, visões apocalípticas, novos engajamentos e utopias.

Os desdobramentos e possíveis cenários futuros, decorrentes desse contexto, constituem-se num dos eixos de discordância entre os autores. Aí são destacados quatro possíveis cenários. O primeiro apresentaria uma tendência à homogeneização pelo consumismo e pela cultura de massa. No segundo, predominaria a fragmentação da vida societária, que traz consigo o fim das ideologias e utopias, num processo de individualização e emergência de tribos identitárias. Dos outros dois cenários imaginados, um se configura pela (re)afirmação de fundamentalismos de cunho religioso, étnico, regional ou político, e o outro, via intercâmbio ecumênico entre as culturas, apontaria para o desenvolvimento de uma cidadania planetária ou sem fronteiras (Scherer-Warren, 1999: 12). Em termos empíricos, essas leituras se confrontam e compõem diferentes relações numa “intriga” onde diferentes hierarquizações se tornam possíveis. Isto leva ao reconhecimento de uma crescente complexidade das interações, que parecem adaptar-se mais à morfologia da rede, expressão de uma maior flexibilidade e imprevisibilidade dessas interações e processos identitários (Castells, 1999: 61).

Nesse contexto, podem ser identificados dois pressupostos que orientam as análises das sociedades atuais, ambos referidos à crise da modernidade, onde se acentua, por um lado, o relançamento do projeto inacabado da modernidade e, por outro, o abandono do mesmo. A exemplo da primeira perspectiva pode mencionar-se Alain Touraine (1994), que busca afirmar uma dimensão esquecida da modernidade, isto é, a afirmação do sujeito como

vontade ontológica do indivíduo de ser produtor e não apenas consumidor. Deduz-se desta afirmação que atores coletivos se orientam para a defesa do sujeito na luta por direitos e por dignidade como caminho para a sua plena realização. Ou, ainda nesta primeira perspectiva, propõe-se o resgate do poder emancipatório da razão iluminista na afirmação de uma racionalidade comunicativa, onde os movimentos sociais são tidos como principais agentes desta racionalidade, conforme Habermas (1990). Contrapõe-se, assim, a racionalidade comunicativa à racionalidade instrumental sistêmica que ameaça as identidades. Num e noutro caso, o desafio coloca-se em termos da busca de um fundamento orientador para uma ação emancipatória.

Numa segunda perspectiva, coloca-se o abandono do projeto da modernidade, afirmando-se a falta de um fundamento ou essência e abrindo oportunidades para uma crítica radical e formulação de projetos de libertação eliminados ou contidos pela ditadura racionalista do iluminismo (Burity, 1994: 139). Assim é que, num sentido mais geral, a crítica ao universalismo e ao cânone universal de racionalidade, pela qual se teria acesso à natureza humana e à verdade no sentido tradicional, foi empreendida por diferentes correntes do pensamento filosófico e social do século XX. Essa sensibilidade pós-moderna manifesta-se numa heterogeneidade de posições, cujo aporte comum é a desconstrução dos mitos da modernidade em torno do papel iluminista para a identidade cultural Ocidental e de sua perspectiva epistemológica exclusivista (Hollanda, 1992). Neste sentido, o “pós-moderno” tem seu lugar num tempo e num espaço mais distante e, por que não dizer, o “pós-moderno” é o “outro” da modernidade, o que foi excluído para a afirmação e ocultamento de suas ambigüidades. No interior desse conjunto, situam-se o pós-estruturalismo e o pós-marxismo, cujas posições se assentam na afirmação do caráter contingente das fixações e objetivações do discurso da modernidade.

Não é objetivo deste artigo pormenorizar o debate sobre uma condição pós-moderna, mas é relevante reter, neste contexto, a idéia do aberto e do fechado, do fugidio e do eterno da modernidade para afirmar, concordando com Claude Lefort, que esta indeterminação é também constitutiva do Estado democrático, como “fenômeno de desincorporação do poder, do direito e do desaparecimento do ‘corpo do rei’, no qual se encarnava a comunidade e se mediatizava a justiça” (Lefort, 1983: 56). Inaugura-se uma experiência de uma sociedade indomesticável, onde o Estado democrático torna-se o teatro de uma contestação que não se reduz à conservação de um pacto, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente (Ibidem).

O que se coloca, em outros termos, é o desafio e a necessidade de uma fixação e de instituições estáveis num quadro instável e pluralista. Essa polaridade entre indeterminação e a tentativa de sacralização das instituições e o culto à ordem, conforme Lefort, é o que caracteriza a sociedade moderna e a torna

teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecimento permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela indomável, combinando tempos sociais múltiplos não sincronizados uns em relação aos outros na simultaneidade... (Lefort, 1983: 119).

O totalitarismo em suas diferentes formas apresenta-se como um dispositivo para banir essa indeterminação. Isto implica que a democracia se constitui como processo instável, não linear, cujo princípio não é o consenso, apesar de necessário, mas a presença do conflito e a capacidade de se estabelecerem relações entre adversários (Mouffe, 1993).

O que se evidencia, nessa aventura indomesticável, é que a instituição do social não é um dado, mas resultado de um processo político, que atravessa a sociedade e dilata a concepção da política, englobando a sociedade política e a sociedade civil, ou o que Gramsci denominou de “Estado Geral”. Os movimentos de contestação não são, assim, simples resultados de uma crise das instituições, mas aparecem como face do que não pode ser dominado inteiramente pelo poder constituído. A afirmação da construção do social, como processo político articulatório, implica também em identidades decorrentes desse processo e não como desdobramentos de uma estrutura, colocando em questão a própria noção de estrutura.

No âmbito do pós-estruturalismo, Jacques Derrida critica a noção de estrutura centrada e considera que o conceito de estrutura tem a idade da ciência e da filosofia, que mergulham suas raízes no solo da linguagem comum, mas a apreensão da mesma, ou da estruturalidade da estrutura, embora estando em ação, sempre se viu neutralizada e reduzida. Isto porque o ato de atribuir-se um centro à estruturalidade da estrutura, segundo esse autor,

consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la (a estruturalidade da estrutura) a um ponto de presença, a uma origem fixa. Esse centro tinha como função não apenas orientar e equilibrar a estrutura – não podemos efetivamente pensar uma estrutura inorganizada –, mas sobretudo levar o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar jogo da estrutura. É certo que o centro de uma estrutura, orientando e organizando a coerência do sistema, permite o jogo dos elementos no interior da forma total (Derrida, 1995: 230).

O centro que comanda a estrutura, no entanto, está fora da própria estruturalidade. A estrutura centrada funda o jogo, mas escapa ao jogo. Neste sentido, se o centro fizesse parte do jogo, deixaria de ser centro ou fundamento. Na história este centro recebeu formas e nomes distintos (*eidos*, *arché*, *telos*, *aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem etc.). Desse modo, confrontamo-nos com um campo de um jogo de infinitas substituições no fechamento de um campo finito. Como afirma Derrida,

este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, falta algo, a saber, um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições. Poderíamos dizer, (...), que este movimento do jogo, permitido pela falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da suplementariedade. Não se pode determinar o centro e esgotar a totalidade porque o signo e seu lugar na sua ausência,

esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento. O movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado (Ibid: 245).

O conceito de estrutura centrada expressa, assim, a busca de uma certeza para vencer a angústia implicada no jogo, de “*ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo*” (Ibid: 231). Todos estes nomes do fundamento sempre designaram uma presença, “*que sempre foi deportada para fora de si no seu substituto*”. Estas substituições são o próprio início para pensar que

não havia centro, que o centro não podia ser pensado na forma de um sendo-presente, que o centro não tinha lugar natural, que não era um lugar fixo, mas uma função, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidas substituições de signos (Ibid: 232 - Grifo nosso).

Na ausência de um centro, de uma origem, tudo se torna discurso, isto é,

sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação (Ibidem).

Na definição de discurso em Derrida, acentua-se esse momento da não fixidez, que, como um sistema diferencial e ausência de um significado transcendental, estende infinitamente o jogo de significação, implicando em estruturas de “*indecibilidade*”. Esta, por sua vez, envolve uma determinada oscilação entre possibilidades pragmaticamente determinadas. Não se trata de um “*total jogo livre*”, contraposto à realização pura da presença; “*indecibilidade*” e jogo referem-se a uma determinada abertura que impede uma completa suturação da estrutura (Torfing, 1999: 119), portanto, longe de ser um estado de indeterminação ou de um fluxo caótico¹.

A afirmação da ausência de um significado transcendental está diretamente relacionada à noção de desconstrução, que se refere a uma dupla leitura, na qual se busca uma interpretação do texto, seus pressupostos, seus

¹ Em *Limited Inc.*, Derrida recorda “*que a indecibilidade é sempre uma oscilação determinada entre possibilidades (por exemplo, de meaning mas também de atos). Essas possibilidades são muito determinadas em situações estritamente definidas (por exemplo, discursivas – sintaxe ou retórica – mas também políticas, éticas). São pragmaticamente determinadas. As análises que consagrei à indecibilidade concerniam justamente a essas determinações e definições e absolutamente não a qualquer “indeterminacy”. Digo “indecibilidade” mais que “indeterminacy”, porque me interesso mais pelas relações de forças, pelas diferenças de forças, por tudo o que permite, justamente, por uma decisão de escrita (no sentido amplo que dou a esta palavra, que compreende também a ação política e a experiência em geral), estabilizar determinadas situações dadas. Não existe indecisão ou double bind, se não fosse entre dois polos (semânticos, éticos, políticos) determinados (...) É claro, para que estruturas de indecibilidade sejam possíveis (e pois decisões e pois responsabilidades), é preciso que haja jogo ou diferença, não-identidade. Não a indeterminação, mas a diferença ou a não-identidade consigo na própria determinação. A diferença não é indeterminacy. Ela torna possível e necessária a determinacy (Derrida, 1991: 204).*

conceitos e argumentos, por um lado, e, por outro, a busca dos traços excluídos, reprimidos e uma interpretação secundária que funda uma influência oculta no texto. Ao estabelecer-se esta hierarquia, evidencia-se que a interpretação dominante é dependente daquilo que é excluído. Disto decorre que a relação é mais importante do que aquilo que é expresso pelo texto, vez que aquilo que foi excluído é condição e põe-se como suplemento de uma falta constitutiva. Isto subverte a hierarquia textual. Na afirmação de Torfing,

“desconstrução não se satisfaz com uma simples inversão das hierarquias textuais, mas procura considerar a oscilação indecível entre diferentes estratégias textuais que a inscrição de uma hierarquia metafísica necessariamente precisa ser pressuposta” (Ibid: 66).

A desconstrução não proporciona critérios para uma decisão, apenas revela a *“indecibilidade”* estrutural e faz aparecer a condição para decisões ético-políticas. É, portanto, essa *“indecibilidade”* que abre o campo para a decisão numa ordem da responsabilidade ético-política. Ainda, segundo Derrida (1991: 156),

“uma decisão só pode advir além do programa calculável que destruiria toda responsabilidade, (sic.) transformadora em efeito programável de causas determinadas. Não há responsabilidade moral ou política sem essa prova e essa passagem pelo indecível. Mesmo se uma decisão parece só tomar um segundo e não ser precedida por nenhuma deliberação, ela está estruturada por essa experiência do indecível”.

Desta forma, as decisões políticas e éticas são condicionadas pela *“indecibilidade”*, e política poderia ser definida como *“tomada de decisões constitutivas num terreno indecível”* (Torfing, 1999: 67). Aceito isto, não há, portanto, um suporte para a tomada de decisões de caráter racional, onde uma conclusão seja derivada logicamente de suposições axiomáticas. Estas decisões dependem antes da criação de acordos em torno de um conjunto de alternativas que se colocam como pontos de identificação e confronto entre agentes sociais e implicam também um processo de persuasão e exclusão de alternativas para a criação de um acordo, resultante de práticas articulatórias e da política como hegemonia. Assim, persuasão apresenta-se como um meio para levar alguém a abandonar suas convicções em favor de outras, por oferecerem uma re-descrição do mundo mais adequada ou apropriada (*Ibid.* 68). Isto se aproxima das reflexões de Gramsci e distancia-se do processo de argumentação desenvolvido por Habermas na *Teoria da Ação Comunicativa*, à medida que a persuasão não se assenta num diálogo racional em busca de uma verdade universal. Uma *“situação ideal de fala”* encobre este caráter indecível e a pertinência da exclusão de alternativas, cujo efeito é crer que se atua como se uma situação *“ideal de fala”* estivesse já realizada (Zizek, 1993: 378).

A persuasão não proporciona um último fundamento e a construção de uma articulação hegemônica sempre envolve a exclusão de alternativas, onde a repressão e a força se fazem presentes. Esta repressão assume formas

distintas, seja como aniquilamento das opções alternativas e das condições para a sua existência; seja como reintegração das opções e impedimento de sua realização; seja, ainda, através da incorporação parcial, modificando estas opções numa forma subordinada. Isto significa, também, que não há um processo cumulativo por meio do qual aproximar-se-ia cada vez mais de uma essência. A validade dos resultados existe na temporalidade e espacialidade de uma determinada representação hegemônica.

Neste processo, força e consenso são inseparáveis, pois o consenso sempre envolve exclusão violenta de alternativas (Laclau, 1993: 182-184). Não há uma complementaridade entre força e consenso, mas repressão e força são partes da construção de uma articulação. Coerção não tem necessariamente o sentido de um ato de violência que um sujeito exerce sobre o outro, mas da repressão de outras possibilidades que estavam postas. As identidades são resultados dessas práticas articulatórias, que fixam determinados eixos em detrimento de outros possíveis e, neste sentido, as identidades sociais não se fundamentam em fatores externos às relações, mesmo que se arrolem tais fatores como forma de legitimação. Conforme explicita Laclau, uma decisão

no curso da ação que não estava predeterminada, em tal caso a decisão não surge automaticamente do que eu já era, senão que através dela me constituo a mim mesmo, e, ao mesmo tempo, reprimo outras possibilidades que me estavam abertas. Os atos de interação com as coisas, o ato de constituição de minha identidade e os atos de coerção são um e o mesmo processo. Se passamos às decisões coletivas (...) é altamente provável que essas outras possibilidades que eu descarto sejam escolhidas por outros grupos. Neste ponto, a 'repressão' ou a 'coerção' que divide a própria individualidade dos agentes sociais só chega a constituir uma identidade sobre a base de atos de identificação (Laclau, 1993: 182).

A criação de uma articulação hegemônica, assim, subverte a identidade social na medida em que a subversão das alternativas implica também a subversão da identidade do agente que se identifica com aquelas opções. A política é, portanto, simultaneamente, uma dimensão constitutiva e subversiva da construção identitária (Torfing, 1999: 69).

A afirmação de uma "indecibilidade" estrutural do social implica que a política não deriva de algo que não é político e a decisão constitui seu próprio fundamento. Desta forma, as relações sociais são formadas através dos e nos conflitos políticos. Há, portanto, uma primazia do político sobre o social, mas isto não quer dizer que tudo seja política (*Ibid*: 70). Essa aparente contradição torna necessário um esclarecimento, que tem particular interesse para a análise das identidades e ações coletivas.

Tomando como base que toda identidade se constitui a partir daquilo que é excluído, pode argumentar-se que grande parte das relações e identidades não revela conflito ou exclusão alguma. Para esclarecer a primazia da política, Laclau (1993: 50s) recorre aos conceitos de "sedimentação" e "reativação", utilizados por Husserl para analisar a crise das ciências que identificou no

Ocidente. Husserl concebe esta crise como separação crescente entre as práticas ossificadas das ciências e o terreno vital primário no qual as instituições constitutivas das ciências se enraizaram. Em outros termos, ocorre uma “sedimentação”, uma rotinização e um esquecimento de suas origens. Diante disto, a tarefa que se impunha para a fenomenologia era a de recuperar essas intuições originárias, ou seja, a “reativação” da atividade constitutiva do pensamento (Laclau, 1993: 51).

Em analogia a esse processo, o momento da instituição originária do social resulta de uma contingência e repressão de opções presentes naquele momento. Isto tende a produzir um “esquecimento das origens”; o sistema de possibilidades alternativas tende a desvanecer-se e ofuscar os vestígios da contingência originária (*Ibid*: 51). Em outros termos, é o que Gramsci denomina de “fetiche”, onde instituições aparecem como tendo vida própria, que não pensam com nenhuma cabeça concreta, contudo pensam (Gramsci, 1978: 178).

A sedimentação e a rotinização tornam-se necessárias à orientação e à ação social e colocam-se como estratégia política, visando a normalização e naturalização das ações sociais (Torfing, 1999: 70). Por outro lado, a “reativação”, no campo do social, não consiste num retorno à situação originária, senão tão somente redescobrir, através da emergência de novos antagonismos, o caráter contingente da pretendida objetividade. Este redescobrimto permite uma releitura da compreensão histórica² das ações originárias instituídas. Isto não significa uma volta às origens, mas uma projeção da contingência originária do instituído (Laclau, 1993: 51). Assim, a sedimentação de relações sociais, politicamente constituídas, e a reativação da origem política são concebidas como processos políticos.

Deslocamento, abertura para re-descrição do mundo

Estudos sobre movimentos sociais têm demonstrado a importância da apropriação de temas culturais no interior de determinados segmentos sociais, assim como da cultura política mais ampla. Essa remissão direcionar-se-ia tanto a conteúdos como a formas, respectivamente designados de “marcos de referência”, por McAdam (1994), e de “repertórios de ações coletivas”, conforme Charles Tilly (1978). Considerando os “marcos de referência”, esta remissão, segundo McAdam, tem um papel legitimador e deslegitimador, assentado numa tradição. A questão que pode ser colocada é por que só em determinado momento eclode um movimento, uma vez que esses temas culturais já estavam “sempre” presentes. Na perspectiva desenvolvida aqui, a resposta está na reativação da contingência dos sentidos fixados, ativada por eventos de deslocamento, e que acentua o caráter flutuante do significante. Isto permite, tomando o exemplo citado por McAdam, a denúncia da contingência da

² Há nessa perspectiva algo similar ao pensamento de Walter Benjamin, quando considera que “articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo ‘como ele foi efetivamente’. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo” (Benjamin, 1991: 156). É neste sentido que o passado pode irromper no presente e criar uma cumplicidade com os mortos, isto é, o des-ocultamento da contingência que levou a institucionalizações de conformismos.

fixação dos direitos pela hegemonia branca. Essa reativação não leva diretamente à mobilização, mas abre possibilidades para novos discursos com orientações distintas a partir de interpretações e reinterpretações de eventos passados. A possibilidade da constituição de identidades não é dada a partir do cognitivo ou da busca de traços ontológicos, sejam eles de caráter étnico, de gênero, econômicos etc., mas são recursos aproveitados para preencher o que o discurso hegemônico não dá conta.

Discurso e prática hegemônica, portanto, são partes desses processos políticos de fixação e a desconstrução revela a contingência de totalidades estruturadas por práticas articulatórias. Esta prática articulatória, conforme Laclau e Mouffe,

consiste na construção de pontos nodais que fixam sentidos parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, um resultado, em seus termos, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (Laclau e Mouffe, 1989: 113).

Assim, discursos são estruturas descentradas, onde os sentidos são constantemente negociados e construídos. Esta estrutura descentrada, ou “totalidade” estruturada, ou ainda, discurso, é o resultado de práticas articulatórias, estabelecendo relações entre elementos com diferenças não articuladas discursivamente (*Ibid*: 105).

Uma articulação pressupõe a não fixidez constitutiva do discurso. Em contraposição a essa impossibilidade de fixação de um sentido, coloca-se a necessidade da fixação, pois sem esta não haveria sentido algum, impossibilitando a própria ação. A fixação parcial ocorre no campo da política, da articulação hegemônica que permite passar de uma condição de “*indecibilidade*” para uma condição da “*decibilidade*” do discurso. Em conseqüência, existe apenas um campo de significação no interior do qual se estabelece uma ordem ambígua e temporária através da multiplicidade de “centros” mutuamente possíveis de serem substituídos. A construção de uma relativa ordem significa a exclusão de “algo” que ameaça permanentemente essa ordem e impede seu último fechamento (Torfing, 1999: 86).

O conceito de antagonismo social está inextricavelmente ligado a essa impossibilidade de fixação plena de sentido, isto é, ao excedente de significações irreduzíveis que escapam à lógica diferencial do discurso como condição mesma para a política. O campo de excedentes constitui o campo da discursividade e indica o que não é fixado³, o que torna possível a articulação de uma

³ Discurso e discursividade não designam meramente uma dimensão lingüística. Laclau e Mouffe rejeitam a distinção presente em Foucault entre discursivo e não-discursivo. Afirma-se um entrelaçamento dos aspectos semânticos da linguagem com os aspectos pragmáticos das ações, movimentos e objetos. O caráter discursivo do objeto também não põe em questão a existência do objeto. Uma referência ao real só é possível através de uma experiência interpretativa. Conforme afirma Jacques Derrida, em relação ao texto que não se “limita nem à grafia, nem ao livro, nem mesmo ao discurso, menos ainda à semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica (...) isso quer dizer que todo referencial (uma tradução mais adequada seria referente), toda realidade tem a estrutura de um termo referencial e só nós podemos responder a esse real numa experiência interpretativa” (Derrida, 1991: 203). Nessa direção, não cabe falar em extra-texto, seja referindo-se a um “real”, seja aquilo que é excluído do discurso por ser condição do próprio discurso.

multiplicidade de discursos concorrentes. Como já afirmado acima, um discurso, ou uma formação discursiva, como articulação de uma variedade de discursos numa unidade relativa, constitui-se e “estabelece seus limites por meio da exclusão de um ‘outro’ radical que não tem medida comum com o sistema diferencial do qual é excluído e que por isso coloca uma constante ameaça àquele próprio sistema” (Ibid: 124).

Aplica-se o mesmo princípio à constituição das identidades, isto é, a impossibilidade de alcançar uma identidade consigo mesmo e sua não constituição não é o impedimento imposto pela presença de um inimigo antagônico. A ilusão aqui, segundo Slavoj Žižek, consiste em supor que depois do aniquilamento final do inimigo antagônico alcançar-se-ia a identidade plena consigo mesmo (Žižek, 1993: 259). A partir da perspectiva lacaniana, Žižek radicaliza essa impossibilidade e a noção de antagonismo social, invertendo a relação, isto é,

não é o inimigo externo o que impede alcançar a identidade consigo mesmo, senão que cada identidade, liberada a si mesma, está já bloqueada, marcada por uma impossibilidade, e o inimigo externo é simplesmente a pequena peça, o resto de realidade sobre o qual ‘projetamos’ ou externalizamos esta intrínseca, imanente impossibilidade (Ibid: 260).

Esse pressuposto de uma identidade bloqueada implica numa concepção de sujeito referida à experiência do antagonismo como auto-obstáculo, autobloqueio, ao limite interno que impede ao campo simbólico realizar sua identidade plena. O objetivo de todo processo de subjetivação, de assumir diferentes posições de sujeito diz respeito a evitar tal experiência traumática. Como afirma esse autor,

“o sujeito está aquém ou além da subjetivação; a subjetivação designa o momento através do qual o sujeito integra o que lhe é dado no universo do sentido, porém esta integração sempre fracassa em última instância, há sempre um resíduo que não pode ser integrado ao universo simbólico, um objeto que resiste à subjetivação, e o sujeito é precisamente o correlato deste objeto” (Ibid: 262).

Em outras palavras, o sujeito é o correlato de seu próprio limite, o elemento que não pode ser subjetivado; ele é o nome do vazio que não pode ser preenchido pela subjetivação. O sujeito é o ponto de fracasso da subjetivação (Ibidem) e seu preenchimento constitui novas posições de sujeito.

A impossibilidade da instituição do social e da própria identidade impõe a necessidade de estabelecer estruturas discursivas que são permanentemente ameaçadas por deslocamentos, ou seja, eventos não controláveis que confrontam e rompem com formas espaciais de representação e com as estruturas discursivas, a partir dos quais surgem possibilidades de centros. Conforme Laclau,

“a resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte de diversas forças antagônicas, em torno de pontos nodais precisos de articulação. O centramento – a ação de centrar – é somente possível, portanto,

na medida em que há deslocamento e desnivelamento estrutural” (Laclau, 1993: 57).

São estes deslocamentos que abrem novas possibilidades de ação, de “construir o mundo” através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Estes deslocamentos não têm um sentido objetivo, na acepção de um processo cuja direção está predeterminada, assim como o sujeito não é um momento da estrutura, mas é o lugar do deslocamento – da impossibilidade de construir a estrutura como tal. Daí também o sentido pleno do processo de hegemonia como forma política das sociedades capitalistas modernas, não reduzido a uma estratégia classista (Torfing, 1999: 110).

O deslocamento como característica do capitalismo contemporâneo apresenta, na perspectiva de Laclau (1993: 58-60), três dimensões. Uma primeira diz respeito à temporalidade e espacialidade. Todo processo de hegemonia busca uma fixação necessária à própria ação, onde se estabelece uma rotinização e uma espacialização do tempo, submetendo-o a regras, seja através de ciclos ou de um *telos*. Sendo toda hegemonia sempre parcial, ela está sujeita a desdobramentos que manifestam a temporalidade do real, estabelecendo-se uma segunda dimensão, a de que os deslocamentos são a forma mesma da possibilidade. Na ausência de um *telos*, as possibilidades põem-se de uma forma radical, como ausência de um sentido *a priori* e, como o deslocamento é uma situação de falta, que pressupõe uma referência estrutural, as possibilidades estão localizadas no interior de configurações sociais, portanto, no interior de temporalidades e espacialidades particulares. Há, portanto, uma ampliação relativa do campo de possibilidades plausíveis de serem pensadas⁴, isto é, o possível só é pensável dentro de um quadro simbólico e não a partir de um dado ou situação objetiva. Isto significa, ainda, que sem um tal quadro o próprio deslocamento deixaria de existir, reduzindo-se tudo a um fluxo caótico (Laclau, 1993).

Da mesma maneira que uma hegemonia é uma forma de suprir uma falta, uma identidade estrutural não é uma determinação, mas decorre da contingência que coloca uma terceira dimensão, o deslocamento como forma da liberdade. Segundo Laclau, esta falta abre caminho à autodeterminação parcial através de atos de identificação. Está-se condenado a ser livre não porque não se tenha nenhuma identidade, como na afirmação do existencialismo, mas porque a identidade estrutural é defeituosa. A implicação

4 Esta questão apresenta-se de outra forma na *Dialética Negativa* de Adorno, isto é, o desafio de pensar contra o próprio pensamento, ou como utilizar os conceitos contra os próprios conceitos, já que não é possível pensar sem referir-se ao já pensado (Adorno, 1975: 140). Ainda no campo da filosofia, Derrida, referindo-se aos discursos destruidores da metafísica, afirma que todos acabam apanhados numa espécie de círculo, daí que “*não tem nenhum sentido abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações explícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar (...) Trata-se de colocar expressa e sistematicamente o problema do estatuto de um discurso que vai buscar a uma herança os recursos necessários para a des-construção dessa mesma herança*” (Derrida, 1995: 233-235).

mútua dessas três dimensões é que constitui o paradoxo que domina o conjunto da ação social, *“há liberdade porque a sociedade não logra constituir-se como ordem estrutural objetiva; porém toda ação social tende à constituição desse objeto impossível e à eliminação, portanto, das condições da própria liberdade”* (Laclau, 1993: 60s). Esse paradoxo não tem solução porque o puro deslocamento levaria a um estado caótico e a ausência de deslocamento configuraria um estado de objetivismo sociológico, ou o ponto final de um processo de reconhecimento ou, ainda, algo similar a uma lógica capaz de encontrar um absoluto no fluxo da temporalidade. Em outros termos, atingir-se-ia, finalmente, a identidade entre o real e sua representação.

Dois aspectos devem ser aqui salientados. Primeiro, a multiplicidade de deslocamentos pertinentes ao capitalismo contemporâneo não leva ao desenvolvimento de nenhum projeto sem a intervenção da vontade; assim como, podem manifestar-se antagonismos e construções hegemônicas em diferentes direções. O segundo aspecto é que os deslocamentos não levam automaticamente a uma resposta pela construção de antagonismos sociais, tendo em vista que as possibilidades não se colocam como desdobramentos necessários, podendo ou não ser aproveitadas. Isto possibilita rever o conceito de *“estruturas de oportunidades políticas”*, desenvolvido por Tarrow (1994). Não se nega que as ações sociais tenham a ver com oportunidades reportadas a recursos externos e internos aos grupos. No entanto, na linha argumentativa aqui desenvolvida, considera-se que oportunidades políticas pressupõem a percepção das mesmas. Dito de outra forma, explicar as condições de possibilidade é criar as próprias possibilidades, o que pressupõe a sua percepção. Nessa acepção, podemos retomar o conceito de *“programa”* discutido por Gramsci (1978), na direção de proporcionar um princípio de leitura de uma situação, a construção de uma *“vontade coletiva”* e a luta no campo da prática hegemônica. Sem tal referência, outras respostas podem emergir diante do deslocamento, ou seja, atribuindo o deslocamento a uma causa divina ou impessoal, como castigo ou causa impessoal imprevisível, entre outras. Podendo ocorrer, ainda, respostas não discursivamente produzidas, resultando num estado de anomia e desintegração da identidade social (Torfing, 1999: 131).

Antagonismo social tem, portanto, uma dupla função: a de estabilizar, por ser condição para a constituição e sustentação das identidades sociais, e de desestabilizar, por ser uma ameaça à própria identidade. Um determinado deslocamento leva à construção de um discurso que tenta absorver aquele evento. Este discurso re-orienta as ações e provoca deslocamentos não simbolizáveis no interior daquele. Isto coloca em questão uma pretensa objetividade e o *“desencantamento”* desta objetividade é condição para emergência de sujeitos, como fracasso da subjetivação, cuja tentativa de preenchimento do vazio configura novas posições de sujeito. Estas posições de sujeito são a realização de um mito, constituição de uma nova objetividade, o momento de eclipse do sujeito e de sua reabsorção por uma estrutura discursiva (Laclau, 1993: 77). Esse espaço mítico apresenta-se como alternativa frente à forma lógica do discurso estrutural hegemônico. É o espaço mítico e o

imaginário social que proporcionam um espaço homogêneo de representação porque todas as forças de negatividade são deslocadas a um externo que é ao mesmo tempo constitutivo e subversivo da identidade interna (Torfing, 1999: 129). Isto nos remete à questão da ideologia.

Na ausência de um centro, de uma origem, a partir do qual significados estariam dados *a priori*, a ideologia tem papel crucial na constituição de uma hegemonia. Este papel tem dupla face: como processo criativo para a construção de uma unidade “cultural-social” e a possibilidade de construção de identidades, conforme a acepção gramsciana, e, sendo essa unidade uma tentativa de preenchimento precário de um vazio, ideologia é ao mesmo tempo um “esquecimento” do caráter “indecidível” que impede o fechamento, ocultando o caráter limitado e precário das formas das identidades sociais. No dizer de Torfing, “ideologia constrói o mundo real em termos de uma série de essências completamente constituídas e tende a negar que essas essências são resultados contingentes de decisões políticas tomadas num terreno ‘indecidível’” (Torfing, 1999: 116). Tendo como pressuposto a ausência de um centro estruturador, para além ou aquém de centros discursivamente construídos, e conseqüente ausência de um mundo objetivo, já não nos é permitido falar numa “falsa consciência”, no sentido de Marx, pois não há uma referência última que possibilite o desmascaramento das construções ideológicas. O conceito de ideologia refere-se a uma totalização que embaralha e não reconhece a contingência constitutiva e o caráter precário das identidades dinamicamente construídas⁵ (*Ibid*: 302). Isto implica

que todo processo de identificação que nos confere uma identidade sócio-simbólica fixa está, afinal, condenada ao fracasso - é exatamente a função da fantasia ideológica mascarar essa inconsistência, o fato de que ‘a sociedade não existe’, e assim nos compensar pela identificação malograda (Zizek, 1992: 124).

Uma fantasia social é um meio de a ideologia levar antecipadamente em conta a própria falha desta fantasia (*Ibidem*).

Conforme insiste Laclau, a impossibilidade de um fechamento coloca ao mesmo tempo a sua necessidade, uma vez que sem uma fixação fictícia de sentido não haveria sentido algum (Laclau, 1996: 205). É nessa dialética, entre impossibilidade e necessidade de sentido, que se impõe o terreno das ideologias, e o fechamento é possibilitado através da criação de um certo conteúdo equivalente a uma série de outros conteúdos. Uma cadeia de equivalência constitui-se numa metáfora e quanto maior a elasticidade de um equivalente, menor sua capacidade de estabelecer um sentido. Assim, quanto mais elástico um equivalente, maior são as possibilidades de inscrição de sentidos e conseqüentemente ampliam-se as possibilidades de identificação. Na direção

⁵ Pode falar-se de ideologia como falsa consciência e seu caráter eterno, não no sentido de Althusser, onde alienação do sujeito é o complemento necessário de uma história objetiva cujo sentido pode ser situado alhures, mas porque a noção de “sentido objetivo” é em si mesma a própria forma de falsa consciência, através da qual uma identidade adquire sua coerência fictícia (Laclau, 1996: 206).

inversa, quanto mais próxima a literalidade de um equivalente, menor a possibilidade de inscrição de outros sentidos e de identificações. Apresenta-se, assim, uma situação paradoxal, quanto mais genérico um equivalente, maior a sua superfície de inscrição de deslocamentos e reivindicações sociais e, assim, também as possibilidades de adesão e poder de mobilização. Por outro lado, há um esvaziamento do próprio sentido, onde as diferenças, as particularidades, sucumbem diante do equivalente. A afirmação da diferença, por sua vez, restringe a superfície de inscrição e de identificação, conseqüentemente perde poder de adesão e mobilização⁶.

Manifestações coletivas: entre a ordem e a reconstrução social

No complexo jogo hegemônico das sociedades contemporâneas, onde há um aumento de diferenças com exclusão de elementos discursivos por uma cadeia de equivalência hegemônica, uma composição de outras “vontades coletivas” poderia ser pensada como criação de uma cadeia de equivalência entre as diferenças. Nesta direção, é possível uma análise das redes movimentalistas e rede de redes⁷, que se constituem e constituem como espaços públicos de articulação de diferentes “programas”, conforme a concepção de Gramsci (1978). Poderia falar-se, apesar do contra-senso, de uma identidade composta. Em analogia ao conceito de idéia, como constelação, proposto por Walter Benjamin (1984), uma “identidade como composição” exerce a função de agrupar diferenças que criam uma unidade, salvando ao mesmo tempo as

6 A questão da diferença é um ponto polêmico na atualidade, que além da contraposição entre igualdade e diferença coloca uma questão de caráter ético e político. Vão nesta direção as reflexões de Antonio Flávio Pierucci. A partir de pesquisa realizada junto à “classe média baixa” da cidade de São Paulo, Pierucci revela um caráter conservador e avesso à abstração desta camada social. Evocando as reflexões de Manheim sobre tradicionalismo, Pierucci considera que a resistência à abstração revelaria a armadilha da diferença em que os “discursos claramente conservadores e autoritários, para não dizer tradicionalistas, ... aproximam-se muito, muito, muito dessas interpelações que estou chamando de pós-modernas, que se condensam emblematicamente na postulação do direito à diferença (sic)” (Pierucci, 1994: 147). O mesmo autor reconhece, no entanto, a dificuldade em separar a desigualdade da diferença, uma vez que estes termos recobrem campos e nomeiam coisas muito difíceis de separar e que se tornariam mais presentes nos movimentos sociais de esquerda. Neste sentido, a igualdade seria o marco que delimita o campo da esquerda (Ibidem; ver também Dagnino 1994; Pierucci, 1990). Consideramos que igualdade e diferença se referem a dimensões distintas, enquanto o termo igualdade remete ao campo normativo, o segundo termo refere-se ao campo identitário. No primeiro caso, igualdade se contrapõe à desigualdade e no segundo, diferença se contrapõe à identidade. Ambas as dimensões se situam num campo indecidível e que passa para um campo decidível através do processo de fixação de sentidos nos processos da luta hegemônica, forma geral da política nas sociedades capitalistas modernas (Torfing, 1999: 110). Isto remete à resolução desses conflitos para o campo do espaço público, daí também a importância desses espaços como parte da ação política.

7 Em termos analíticos, Manuel Castells estabelece o processo de globalização como ponto a partir do qual analisa diferentes grupos sociais, classificando-os como identidades legitimadoras, de resistência e identidades de projeto. Em sua análise, ele demonstra o surgimento de movimentos de oposição à nova ordem global, que assumem formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede (Castells, 1999: 426). Evidencia, ainda, que a constituição destas redes tem diferentes matizes políticos. Nos anos recentes constituíram-se redes de redes, cujo exemplo mais eloqüente é o Fórum Social Mundial.

diferenças.

Tomando ideologia como ocultamento de uma contingência, ela assume um papel e uma natureza de mito e imaginário social, através da criação de uma cadeia de equivalência operacionalizada por meio de significantes flutuantes, cujo caráter metafórico é uma simplificação do campo social, deixando aberta a possibilidade para a inscrição de diferentes significados. Segundo Ernesto Laclau, mito é um princípio de leitura de uma situação dada, que emerge de um deslocamento estrutural, permitindo a constituição de uma nova objetividade (Laclau, 1993: 77). Um mito funciona como superfície de inscrição. Esta relação entre superfície de inscrição e o inscrito é essencialmente instável, podendo oscilar entre uma hegemonização da superfície de inscrição pelo que foi inscrito nela, isto é, um fechamento precário através da literalização do inscrito, por um lado, e, por outro, uma abertura ilimitada para inscrições de todas reivindicações e deslocamentos possíveis. Neste último caso, constitui-se um imaginário social como horizonte que *“não é um objeto entre outros objetos, senão um limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade e que é, em tal sentido, a condição e possibilidade de emergência de todo objeto”* (Laclau, 1993: 80). Isto possibilita uma outra forma de percepção da afirmação de Giddens de que *“a direita (cuja principal forma atual é a referência ao neoliberalismo) tornou-se radical, enquanto a esquerda busca principalmente preservar – tentando proteger, por exemplo, o que sobrou do Welfare State”* (Giddens, 1996: 17). Pode afirmar-se que o *Welfare State* perdeu progressivamente o poder de absorver e integrar as reivindicações sociais e os crescentes deslocamentos àquele espaço de representação, e é a partir daí que o discurso neoliberal ganha a batalha ideológica. Conforme mencionados por Torfing, estudos têm demonstrado, no caso do tatcherismo, que a vitória eleitoral foi resultado da batalha ideológica atingindo os corações e mentes do povo britânico (Torfing, 1999: 35).

Temos assim uma situação em que se impõe a necessidade de fixações sempre precárias, e, por outro lado, uma ampliação de deslocamentos a partir dos quais se abrem novas possibilidades que são aproveitadas ou não. Isto mantém um *continuum* analítico entre ações situadas dentro de uma ordem social e a (re)construção do social, enfatizando os processos de significação e processos políticos.

Ao conceber-se o espaço social como discurso, as manifestações situam-se no interior de uma configuração social e, como tal, uma configuração significativa (Mouffe, 1993: 114). Assumindo o conceito de discurso, coloca-se uma impropriedade da distinção entre expressões e manifestações coletivas nos termos de lutas materiais e não materiais, ou de um caráter econômico, político ou ideológico/cultural, uma vez que eles não têm uma significação em si mesmos e seus significados são estabelecidos a partir de um sistema de relações socialmente construídas em nível simbólico, isto é, dos significados, inclusive dos sistemas e subsistemas. É também a partir desta configuração significativa que se definem posições não dedutíveis de uma disfuncionalidade de um sistema ou subsistemas ou, ainda, de incongruências entre os mesmos. Desta forma, as identidades são resultados de processos de identificação efetivados no nível simbólico. Esta não distinção de níveis é fundamental para

a análise das ações coletivas nos países não centrais, vez que imputa um caráter político às lutas reivindicatórias que podem ser manifestações também de antagonismos, desestabilizando perspectivas etapistas.

É nesta direção que uma construção analítica para a classificação das manifestações coletivas torna-se possível a partir das fixações de sentido que proporcionam um quadro mais ou menos coerente ao que é dito e feito. Essas fixações, por sua vez, podem ser relacionadas a um discurso hegemônico, como discurso que fixa sentidos em torno de pontos nodais que imputam um caráter universal e positivo a um discurso particular de normas, valores, visões e percepções para uma descrição do mundo e referência para ação. Elas pretendem encobrir e deslembra o antagonismo e o seu caráter contingente. Mas é também o antagonismo que se coloca como fonte de deslocamentos que revelam as fissuras e o caráter não positivo de uma hegemonia.

Tomando hegemonia como eixo, propõe-se, assim, três categorias analíticas: a) manifestações que expressam uma *aderência a uma configuração hegemônica*, numa forma naturalizada que proporciona padrões de comportamento; b) manifestações que revelam um *conflito no interior de uma lógica hegemônica*, relativos a processos decisórios e operacionais que implicam procedimentos de negociação e disputa de poder. Esses conflitos ocorrem no campo interpretativo, circunscrito à coexistência polissêmica de significados, que não se excluem no curso dos conflitos políticos. E c) manifestações que *exprimem ou tornam visíveis posições antagônicas*, através das quais os sentidos fixados são negados e tendentes a serem substituídos. Estas três formas analíticas, numa dinâmica social concreta, podem evoluir em diferentes direções, conforme o deslizamento de significados sob o significante, e que podem resultar em consensos, confrontos entre adversários ou confrontos entre inimigos, dependendo do sentido atribuído à democracia.

Na aplicação dessa perspectiva, diferentes recortes podem orientar uma análise de fenômenos empíricos. Poder-se-ia partir, por exemplo, das categorias como “democracia”, “ecologia”, “gênero”, “trabalho”, “saúde” etc. Não se trata, portanto, de uma discussão normativa, a partir dos diferentes pronunciamentos sobre os temas, mas prioritariamente da análise dos discursos articulados pelos grupos e sua postura diante dos significados articulados sobre os temas.

Em termos operacionais, tomando como exemplo o tema dos direitos, podemos traduzir aquelas três categorias abstratas para o campo empírico. O que denominamos aderência remete à concepção naturalizada do direito, a qual não se restringe às regras formais, compreendendo também formas sedimentadas e o modo como as mesmas estão inscritas na dinâmica cultural e simbólica da sociedade. Não se trata de uma cidadania regulada, mas da maneira como a regulação é concebida. Esse nível pode ser distinguido analiticamente das interações onde se salientam aspectos políticos dos direitos no campo da interpretação, onde surgem conflitos em relação aos processos decisórios e operacionais, não colocando em questão a lógica de uma determinada configuração hegemônica. Isto implica num pluralismo, enquanto

campo de negociação para resolução de conflitos dentro da mesma lógica. No primeiro caso, o regulado se coloca como algo fixo e determinado, inclusive na forma dos procedimentos, e no último caso, como algo negociável dentro de uma determinada lógica hegemônica, na qual as relações e “princípios de legalidade” estão estabelecidos.

O caráter contingente de todo processo de fixação possibilita o rompimento de uma lógica que define o *modus operandi*, onde o conflito pode deslocar-se para posições antagônicas, negando os significados fixados, na qual se articulam elementos que dão significação de eventos não simbolizados por um discurso hegemônico. Conforme o quadro abaixo, temos um primeiro nível das ações coletivas, caracterizado como comportamental, um segundo, como conflitual e o terceiro, como antagônico⁸. Assim é que se entende movimento social em dois níveis: movimento social *lato sensu* que compreende as relações conflituais, e movimento social *stricto sensu*, como expressão de um antagonismo.

COMPOSIÇÃO DO MODELO ANALÍTICO

⁸ O termo comportamento é utilizado aqui conforme definido por Hannah Arendt (2000), que se contrapõe aos feitos e tem um caráter monolítico e conformista.

Nesta acepção, reafirma-se que a análise não parte da consideração dos fenômenos como um dado, cuja caracterização se coloca *a priori*, mas resulta da análise das relações. Um mesmo grupo pode conter diferentes momentos, o que nega também uma unidade monolítica e permanente. A análise pode revelar, em diferentes momentos, posturas de tipo comportamental conformista, conflitante ou reveladores do caráter contingente de uma pretensa objetividade e de uma pretensão de fechamento da noção da cidadania. Neste último caso, à medida que é colocada uma nova forma de objetivação, também contingente, não elimina o antagonismo, já que qualquer fixação efetiva-se através da exclusão de outros elementos. Daí que o antagonismo só existe como uma irrupção metafórica da linguagem natural e não definível como tal. É um campo indecidível, onde se insere a discussão e estabelecimento de princípios éticos que norteiam as práticas e o posicionamento valorativo diante destes. É também nesse campo que se estabelecem limites e onde os processos mais ou menos democráticos podem ser identificados pela forma e por quem estes limites são estabelecidos.

Ao conceber-se o espaço social como discurso, resultado de práticas articulatórias que se consolidam em determinadas configurações hegemônicas, uma construção de uma “vontade coletiva” não se efetiva apenas como fala ou pronunciamento, é também um ato de fabricação de meios e de resignificação de práticas e que incidem sobre a cultura política. A existência e o acesso ao espaço público e sua construção resultam, assim, dessa luta política e não como pré-condição ou concessão para a ação. Da mesma forma, o reconhecimento do outro como alguém que tem direito não é condição prévia, mas resultado do reconhecimento, portanto resultado político. É neste sentido que se torna fundamental não apenas a análise do discurso, no sentido lingüístico, mas a análise dos significados inscritos no campo não-lingüístico. Discurso, conforme definido aqui, coloca-se no nível das relações, das práticas e do jogo de relações e dos significados dos artefatos humanos que as mediam, a partir dos quais se constituem processos de identificação, configurando momentos nos quais identidades assumem uma temporalidade e espacialidade.

À guisa de conclusão

Considerando o contexto onde acontecimentos e deslocamentos teóricos tornaram transparentes fissuras, contradições e ambigüidades do discurso da modernidade, suspendendo o centramento efetivado por esse discurso, colocou em relevo a falta de um centro, passível de múltiplas substituições. Novos centramentos, estes não mais pensados como pontos fixos, mas funcionais para suprir aquela falta. Conforme se afirmou, a não fixidez, como um sistema diferencial e ausência de um significado transcendental, implica que decisões políticas e éticas se põem num campo de “indecibilidade”, onde não há um suporte para tomada de decisões de caráter racional, dedutíveis de um *a priori*. Coloca-se, assim, a afirmação da contingência, na qual nem atores e nem o campo de oposição estão definidos de antemão, mas apenas as possibilidades de sua emergência.

Por outro lado, essa impossibilidade de uma fixação põe a sua necessidade, uma vez que sem tal fixação não haveria sentido algum e impossibilidade da própria ação. É nesta direção que vão as contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, ao conceberem discurso como prática articulatória de fixação de sentidos no campo da política definido como luta hegemônica que permite passar de uma condição de “indecibilidade” para uma condição de “decibilidade”. É desse processo que emergem decisões a partir da criação de acordos em torno de um conjunto de alternativas em detrimento de outras. Nestas composições emergem pontos de identificação e de confronto entre agentes sociais, implicando em processos de persuasão e exclusão de alternativas. É nesta direção que se colocam as contribuições ao debate sobre as identidades nas sociedades atuais, que não advêm de um fundamento ontológico, mas resultantes das práticas articulatórias que fixam determinados eixos de identificação em detrimento de outros. Portanto, a política é uma dimensão constitutiva e subversiva na construção identitária, à medida que é nesse processo que se constroem e se redefinem as identidades numa sucessão de identificações.

Destacou-se, ainda, que estas tentativas de fixação são sempre precárias, suscetíveis a deslocamentos, revelando a sua contingência. Estes deslocamentos abrem novas possibilidades, aproveitadas ou não, para outras fixações e “construir o mundo” através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identificações. Da mesma forma que uma hegemonia é uma forma de suprir uma falta, uma identidade estrutural não é uma determinação, mas um preenchimento contingente a partir de uma espacialização da temporalidade.

Finalmente, uma configuração hegemônica, como ação de centramento em torno de pontos nodais, se constitui como um momento, a partir do qual se torna possível uma construção analítica das posições dos atores sociais no interior dessa configuração. Conforme construção aqui proposta, são identificadas três posições, ou seja, posições de aderência, de conflito e antagonica. Discurso, como configuração social, portanto significativa, coloca-se no nível das práticas e do jogo de relações e da teia de significados dos artefatos humanos. Isto permite repensar o espaço público e a noção de democracia não como consenso, apesar de necessário, mas da pluralidade e do conflito.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. (1975), *Dialética negativa*. Madrid: Taurus.
- ARENDT, Hannah. (2000), *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BENJAMIN, Walter. (1984), *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1991), “Teses sobre a Filosofia da História”, in: Flávio R. Kothe (org.), *Walter Benjamin, Sociologia*. São Paulo: Ática

- BURITY, Joanildo. (1994), "Transbordamento do social e hegemonia: qual o jogo da democracia?", in: Marco G. Aurélio (org.) *Política contemporânea no Brasil*. Recife: Bagaço.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *O poder da identidade - (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)*. São Paulo: Paz e Terra.
- DAGNINO, Evelina. (1994), "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania", in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2000), "Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana", in: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- DERRIDA, Jacques. (1991), *Limited Inc*. Campinas: Papirus.
- _____. (1995), *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- GRAMSCI, Antônio. (1978), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, Jürgen. (1990), *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (1992), "Política da Teoria" . in: Heloisa Buarque de Holanda (org.), *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro, Rocco.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal (1989), *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London and New York: Verso.
- LACLAU, Ernesto. (1993), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- _____. (1996), "The death and resurrection of the theory of ideology". *Journal of Political Ideologies*, 1(13): 201-220.
- LEFORT, Claude. (1983), *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense
- McADAM, Doug. (1994), "Cultura y movimientos sociales" in: Enrique Laraña e Joseph Gusfield, *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales.
- MOUFFE, Chantal. (1993), "Posmarxismo sin pedido de disculpas", in: Ernesto Laclau (org.), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. (1990), "Ciladas da diferença". *Tempo Social*, 2, 2: 10.
- _____. (1994), "Linguagem autoritária, voto popular", in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1997), *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999), *Redes e espaços virtuais. Uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação*. <http://www.cfh.ufsc.br/~cso5421/REDESEV2.html>

- TARROW, Sidney. (1994), *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: University Press.
- TILLY, Charles. (1978), *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Anderson-Wesley.
- TORFING, Jacob. (1999), *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, and •i•ek*. Oxford and Massachusetts: Blackwell.
- TOURAINÉ, Alan. (1984), *Le retour de l'acteur*. Paris: Foyard.

RESUMO

Identities e movimentos sociais numa sociedade indomável

O artigo, a partir de um quadro identificado como de uma situação pós-moderna, discute os temas da ação coletiva e dos processos identificatórios tomando como referência básica a *teoria do discurso* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Na negação de um centro natural estruturador do social, aspecto central da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, discute a formação das identidades sociais, assim como a construção de espaços públicos decorrentes dos processos hegemônicos, ponto de partida para uma classificação das ações coletivas.

Palavras-chave: discurso, hegemonia, identidade, pluralismo e democracia.

ABSTRACT

Identities and social movements in a indomitable society

This article discusses, within a social context identified as postmodern, the theme of collective action and identity processes, taking as a basic theoretical reference the *discourse theory* of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. Rejecting the notion of a natural structuring center of the social, a central aspect of Laclau and Mouffe's discourse theory, the making of social identities as well as the construction of public spaces originating in hegemonic processes is discussed. This forms a starting point for the classification of collective action.

Keywords: discourse, hegemony, identity, pluralism and democracy.